

Uso de sites de divulgação de fotografias em instituições públicas¹

Natalia de Lima Saraiva²; André Porto Ancona Lopez³

Recibido: 31 de julio de 2020 / Aceptado: 09 de diciembre de 2020

Resumen. Actualmente, el uso de recursos tecnológicos en la gestión y almacenamiento de imágenes en instituciones públicas es un camino sin retorno. Este artículo tiene como objetivo cuestionar aspectos relacionados con el desarrollo de políticas públicas para la gestión de colecciones fotográficas y los aspectos involucrados en hacer que esta información esté disponible en plataformas digitales como Flickr. Este es un estudio de caso descriptivo, con un enfoque cualitativo, que también utiliza investigación bibliográfica. El trabajo se basó en la identificación de patrones de sistematización y disponibilidad de información en sitios web institucionales que utilizan la aplicación Flickr para publicitar las colecciones de la justicia electoral brasileña. Se analizaron ejemplos extraídos de los sitios web del Tribunal Superior Electoral (TSE), el Tribunal Regional Electoral de Pernambuco (TRE-PE) y el Tribunal Regional Electoral de São Paulo (TRE-SP). Al presentar, analizar e interpretar los datos del caso de los sitios de difusión de fotos como Flickr, utilizados por el tribunal electoral brasileño, fue posible informar que, los criterios relacionados con los medios para poner a disposición de los ciudadanos documentos fotográficos permiten el acceso directo a fotografía, pero no relacionan la calidad de la información con los metadatos, lo que afecta el derecho de acceso a la información. Observamos la necesidad de dar la debida relevancia al contexto de producción de la fotografía, en el que el contenido retratado en la fotografía es parte de ese contexto. Los hechos y eventos motivadores para la producción documental delimitan y dan evidencia del patrimonio fotográfico.

Palabras clave: Documento fotográfico. Flickr Justicia electoral brasileña.

[en] Use of photography sites in public institutions

Abstract. Currently, the use of technological resources in the management and storage of images in public institutions is a path of no return. This article aims to question aspects related to the development of public policies for the management of photographic collections and the aspects involved in making this information available on digital platforms such as Flickr. This is a descriptive case study, with a qualitative approach, also using bibliographic research. The work was guided by the identification of patterns of systematization and availability of information on institutional websites that use the Flickr application to publicize the collections of the Brazilian electoral Justice. Examples extracted from the websites of the Superior Electoral Court (TSE), the Regional Electoral Court of Pernambuco (TRE-PE) and the Regional Electoral Court of São Paulo (TRE-SP) were analyzed. When presenting, analyzing and interpreting the case data from the photo dissemination sites such as Flickr, used by the Brazilian electoral court, it was possible to report that, the criteria related to the means of making photographic documents available to the citizen allow direct access to photography, however, they fail to relate the quality of information to metadata, impacting the right of access to information. We note the need to give due relevance to the context of production of the photograph, in which the content portrayed in the photograph is part of that context. The motivational facts and events for documentary production delimit and give evidence to the photographic heritage.

Keywords: Photographic document. Flickr. Brazilian electoral justice.

Sumario. 1. Introdução. 2. A Justiça Eleitoral Brasileira. 2.1 A análise do Caso: O Flickr nos Tribunais Eleitorais. 3. Conclusão. 4. Referencias bibliográficas.

Cómo citar: De Lima Saraiva, N.; Porto Ancona Lopez, A. (2020): Uso de sites de divulgação de fotografias em instituições públicas, en *Documentación de las Ciencias de la Información* 44 (1), 161-166.

1. Introdução

O uso dos recursos tecnológicos e das redes sociais por instituições públicas para a divulgação de acervos fotográficos tem se intensificado nos últimos anos. O crescimento

da produção de imagens exige dos gestores e demais profissionais envolvidos na organização de grandes volumes de fotografias, principalmente as assessorias de comunicação e áreas técnicas relacionadas, o reconhecimento dos desafios envolvidos na difusão dos documentos e também

¹ Esse trabalho deriva de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

² E-mail: natalialimasaraiva@gmail.com

³ E-mail: apalopez@gmail.com

o entendimento das necessidades relacionadas à busca e recuperação das informações por parte dos usuários.

A organização dos documentos fotográficos deve ser coerente com o contexto de produção, ou seja, deve conter os metadados capazes de responder às seguintes perguntas: quem é o produtor arquivístico? Por que o documento foi produzido? Com qual finalidade? Ao indicar as respostas a essas perguntas a gestão dos arquivos fotográficos deixa de se ater às imagens registradas nas fotografias e passa a tratá-las como conjunto orgânico capaz de cumprir seu caráter probatório e de registro histórico das ações.

O presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a utilização de ferramentas como o *Flickr* (site da web de hospedagem, compartilhamento e difusão de imagens, fotografias, desenhos e ilustrações) na disponibilização de fotografias de órgão público brasileiro, e sua visualização como banco de imagens seguro e acessível. Neste contexto, o artigo aborda aspectos envolvidos na política de gestão dos documentos públicos, mais especificamente dos documentos fotográficos de arquivo e o uso de ferramentas on-line de armazenamento e gestão de acervos. Considerando a importância dos arquivos fotográficos no contexto dos documentos públicos produzidos pela Justiça Eleitoral brasileira, analisamos o acervo disponibilizado, armazenado e divulgado por meio do aplicativo *Flickr* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Inaugurado em 2016, o *Flickr* do TSE também serve de subsídio para jornalistas e eleitores que buscam imagens das ações do Tribunal [...] Os registros feitos pelos fotógrafos profissionais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem ser acessados, baixados e compartilhados, de maneira rápida e segura, por meio do *Flickr*, uma das páginas mais conhecidas na internet quando o assunto é fotografia (BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, 2020, on-line).

A metodologia utilizada está pautada na identificação de padrões de disponibilização e análise de metadados descritivos de fotografias dos sites institucionais que utilizam o aplicativo *Flickr* para divulgação de acervos da justiça eleitoral brasileira. Os exemplos apresentados analisam a qualidade das informações em relação aos metadados registrados.

2. A Justiça Eleitoral Brasileira

A Justiça Eleitoral brasileira instituída pelo Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 é composta pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), juízes e juntas eleitorais. A vigente Constituição Federal (1988), nos artigos 118 a 121 estabelece as competências da Justiça Eleitoral conforme determina o Código Eleitoral, que “retirou das assembleias legislativas as atribuições concernentes ao julgamento da validade das eleições e a proclamação dos eleitos, passando-as à Justiça Eleitoral” (Faria, 2006, p.48). Entre suas atribuições estão o

planejamento, a execução e o julgamento de conflitos de natureza eleitoral.

O Dicionário histórico-biográfico brasileiro, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresenta no verbete justiça eleitoral a seguinte descrição sobre a eleição e o processo eleitoral como um todo:

a eleição é um complexo sistema de escolha para o preenchimento de determinados cargos públicos não vitalícios, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo. O processo eleitoral compreende a aplicação de regras pré-estabelecidas para a escolha dos candidatos aos cargos eletivos, normas de procedimento durante o certame, a apuração dos votos e a própria desconstituição do registro e/ou dos diplomas conferidos aos eleitos. O sistema de equilíbrio constitucional entre os poderes acabou por conferir ao Poder Judiciário — no qual não há cargos preenchidos por votação popular — a parcela de poder necessária e suficiente para aplicar as regras jurídicas que regem o processo eleitoral, em todos os níveis (ABREU, 2001, on-line).

Tendo em vista a complexidade do processo eleitoral num país de dimensões continentais como o Brasil, os órgãos que compõem a Justiça Eleitoral são autônomos em suas respectivas áreas de jurisdição, porém seguem a legislação específica para a efetivação das eleições, que ocorrem em períodos previamente definidos. Entre as atribuições incluem-se atividades de investigação judicial eleitoral, registro ou impugnação de candidaturas e mandatos eletivos, administração e execução das eleições, fiscalização de propaganda eleitoral, etc. Todas essas atividades geram documentos probatórios decorrentes das funções e competências dos tribunais eleitorais, seja em nível nacional, como no caso do TSE, ou em nível estadual, caso dos TRE, incluindo os documentos fotográficos de ambos formando o patrimônio da Justiça Eleitoral brasileira.

Os documentos de arquivo são aqueles que, independentemente do suporte, são produzidos, acumulados, gerenciados e preservados com a finalidade probatória das atividades desempenhadas por pessoas públicas ou privadas. A totalidade dos documentos mantidos por uma instituição ou pessoa, sob a caracterização de arquivo é definida como o acervo dessa instituição ou pessoa. Podem fazer parte desse acervo tanto os documentos bibliográficos, quanto os arquivísticos, entre os quais citamos: os atos normativos, as atas de reuniões, os processos administrativos ou judiciais, os assentamentos funcionais, e também as fotografias produzidas no contexto das atividades desempenhadas pelos órgãos e seções administrativas dos tribunais eleitorais. Tais fotografias, geralmente, fazem parte de outros documentos mais abrangentes, como os processos, ou são produzidas no decurso de eventos administrativos.

É necessário considerar que a política de gestão documental das unidades com características de arquivo da Justiça Eleitoral está contemplada no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname, programa que tem por finalidade implementar

política de gestão documental que atenda às peculiaridades do Poder Judiciário Brasileiro) e é desenvolvida com base no planejamento e elaboração de programas de ação, com vistas a definir metas e indicadores que possibilitem intervenções na produção dos arquivos, desde a gênese até o cumprimento do papel social, ou seja, o acesso público. Para isso, tanto os documentos convencionais, quanto as fotografias devem ser submetidas a tratamento arquivístico adequado, com foco na transparência e no atendimento aos interesses da sociedade.

2.1 A análise do Caso: O Flickr nos Tribunais Eleitorais

O grande volume de fotografias que se produz atualmente exige a utilização de aplicativos para a divulgação dos arquivos fotográficos de modo dinâmico de fácil compartilhamento. Nesta condição está a utilização da ferramenta Flickr, um aplicativo on-line de divulgação de imagens, criado em 2002, por Caterina Fake e Stewart Butterfield (Aquino, 2008). O Flickr possui um sistema de publicação de fotos que possibilita aos usuários a divulgação individualmente ou em grupos, organizando-as em álbuns. As buscas podem ser feitas nas páginas de cada conta de usuário ou se preferir utilizando os mecanismos de busca que permitem pesquisas através de usuários, grupos de imagens e localização. Também é possível realizar buscas através das tags (termo em inglês que significa etiqueta, rótulo, normalmente utilizado como palavra-chave para auxiliar na identificação de conteúdos - objetos, mercadorias, arquivos, etc. - em campos de buscas nas páginas web) disponíveis no menu de busca do sistema ou então diretamente nas tags disponíveis nas páginas dos usuários e dos grupos. Numa analogia com a terminologia arquivística, as tags podem ser considerada como descritores – palavra, expressão ou símbolo convencionados para expressar o conteúdo de documentos e possibilitar sua recuperação (Camargo; Belloto, 2012). Os usuários cadastrados podem realizar comentários sobre as imagens

e fotos, utilizando-se de tags e esses comentários ficam relacionados com a própria foto.

Para este artigo foram feitas pesquisas nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) e no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) com o objetivo de verificar como ocorre o uso do Flickr por essas instituições na divulgação de fotografias.

O primeiro site analisado foi a página do Flickr do TSE, dessa página analisamos o álbum referente à sessão plenária do TSE de 22/08/2019. A página está configurada para permitir que os comentários se relacionem a cada fotografia, ou seja, o Flickr do TSE permite que os usuários configurem as autorizações para adicionar comentários e tags (descritores). O uso desses descritores no Flickr não é obrigatório, no entanto, fotos que não os possuem ficam desconectadas de outras fotos, do mesmo usuário ou de outros, dificultando o acesso e a localização pelo usuário no sistema (Aquino, 2008).

No Flickr do TSE os álbuns estão organizados por títulos definidos pela Assessoria de Comunicação do Tribunal. Esses títulos atribuídos para os álbuns não se repetem nas descrições das imagens, ou seja, a disponibilização das informações, principalmente no que se refere às funções das assessorias de imprensa de órgãos governamentais, deve refletir o fluxo das ações administrativas para o “permanente aprimoramento dos fluxos de comunicação no interior das organizações e perante a opinião pública” (Lopes, 2003, p. 9).

Por isso, divulgações como a pauta da sessão plenária do dia também são ações de transparência que visam a dar o contexto à fotografia. Outras atividades que também se somam a essas e que complementam o contexto da fotografia são os resultados das atividades jornalísticas, tais como: edição de jornais, revistas, notícias, reportagens, além da organização de entrevistas (coletivas e individuais) (Pereira, 2016).

No caso analisado a figura 1 – Metadados, disponibiliza os metadados de uma das fotografias selecionada para

Orientation - Horizontal (normal)	Sub Sec Time - 43	Samples Per Pixel - 3
Software - Adobe Photoshop CS4 Windows	Sub Sec Time Original - 43	White Point - 0.313
Date and Time (Modified) - 2019:08:22 12:10:57	Sub Sec Time Digitized - 43	YCb Cr Coefficients - 0.299
White Point - 0.313 0.329	Flashpix Version - 0100	Creator Tool - Adobe Photoshop CS4 Windows
Primary Chromaticities - 0.64 0.33 0.21 0.71 0.15 0.06	Color Space - Uncalibrated	Metadata Date - 2019:08:22 12:10:57:03:00
YCb Cr Coefficients - 0.299 0.587 0.114	Focal Plane X-Resolution - 3799.148936	Rating - 0
YCbCr Positioning - Co-sited	Focal Plane Y-Resolution - 3805.626582	Document ID - xmp.did:448B9897E9C4E9118DAC891B023B060D
ISO Speed - 4000	Focal Plane Resolution Unit - inches	Instance ID - xmp.iid:87176ECDECC4E9118DAC891B023B060D
Sensitivity Type - Recommended	Custom Rendered - Normal	Original Document ID - xmp.did:448B9897E9C4E9118DAC891B023B060D
Exposure Index	Exposure Mode - Manual	Camera ID - 72157608115846558
Recommended Exposure Index - 4000	White Balance - Manual	Camera Type - Digital SLR
Exif Version - 0230	Scene Capture Type - Standard	
Date and Time (Original) - 2019:08:22 10:01:08	Lens Info - 70-200mm f/0	
Date and Time (Digitized) - 2019:08:22 10:01:08	Lens Model - EF70-200mm f/2.8L IS II USM	
Components Configuration - Y, Cb, Cr, -	Lens Serial Number - 000002e9c9	
Exposure Bias - 0 EV	Gamma - 2.2	
Metering Mode - Multi-segment	Interop Index - R03 - DCF option file (Adobe RGB)	
	Interop Version - 0100	
		Esta foto está em 1 álbum
		 Sessão plenária do TSE - 22/08/2019 15 itens

Figura 1. MetadadosFonte: Flickr TSE, 2020.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/tsejusbr/albums/72157710489334562>

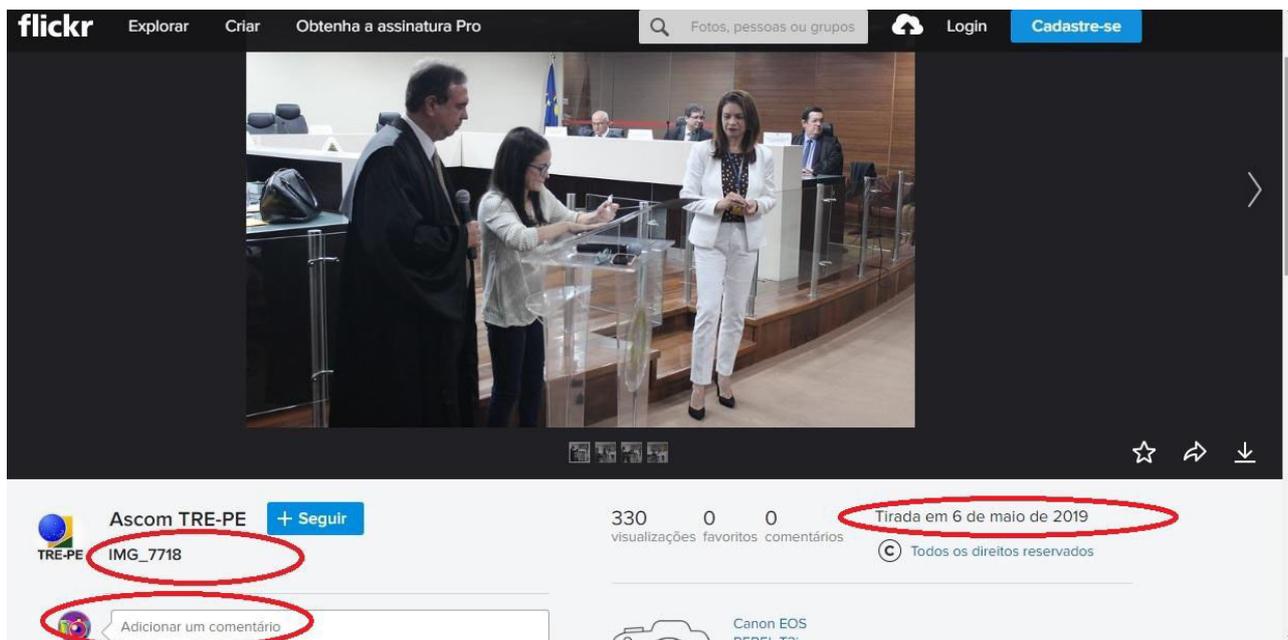


Figura 2. TRE-PE - Posse. Fonte: Flickr TRE-PE, 2020.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/trepernambuco/albums/72157708444126604/with/47000101934>

consulta, porém, esses estão focados nas características técnicas da fotografia e da máquina utilizada, ou seja, não apresentam os metadados de contexto necessários para vincular a fotografia à pauta da sessão plenária relacionada.

No caso do Flickr do TRE-PE o álbum analisado foi o referente à posse dos servidores. As fotografias disponibilizadas nesse álbum não possuem qualquer descrição de conteúdo e os únicos metadados são os de referência técnica da máquina e da fotografia, como consta na figura 2 - TRE-PE - posse.

Assim como no caso da organização disponibilizada pelo Flickr do TSE, no Flickr do TRE-PE o usuário não possui referência de pesquisa para localizar o contexto de produção da fotografia, e como o caso analisado, é

uma fotografia recente de 2019 da posse dos servidores, ainda é possível reconhecer o contexto no qual essa foi gerada, mas se mantivermos essa ausência de descrição e organização será que em cinco anos poderemos compreendê-la?

Por sua vez, o Flickr do TRE-SP apresenta a mesma organização de álbuns por temas, porém cada fotografia dentro do mesmo álbum possui uma pequena identificação referente ao assunto característico, uma frase ou palavra com a especificidade daquela fotografia dentro do mesmo álbum, como é o caso da Figura 3 - Início dos trabalhos dos mesários e da Figura 4 - Auditoria da votação eletrônica - sorteio das urnas, ambas do mesmo álbum "Eleições 2018 - 1º Turno".

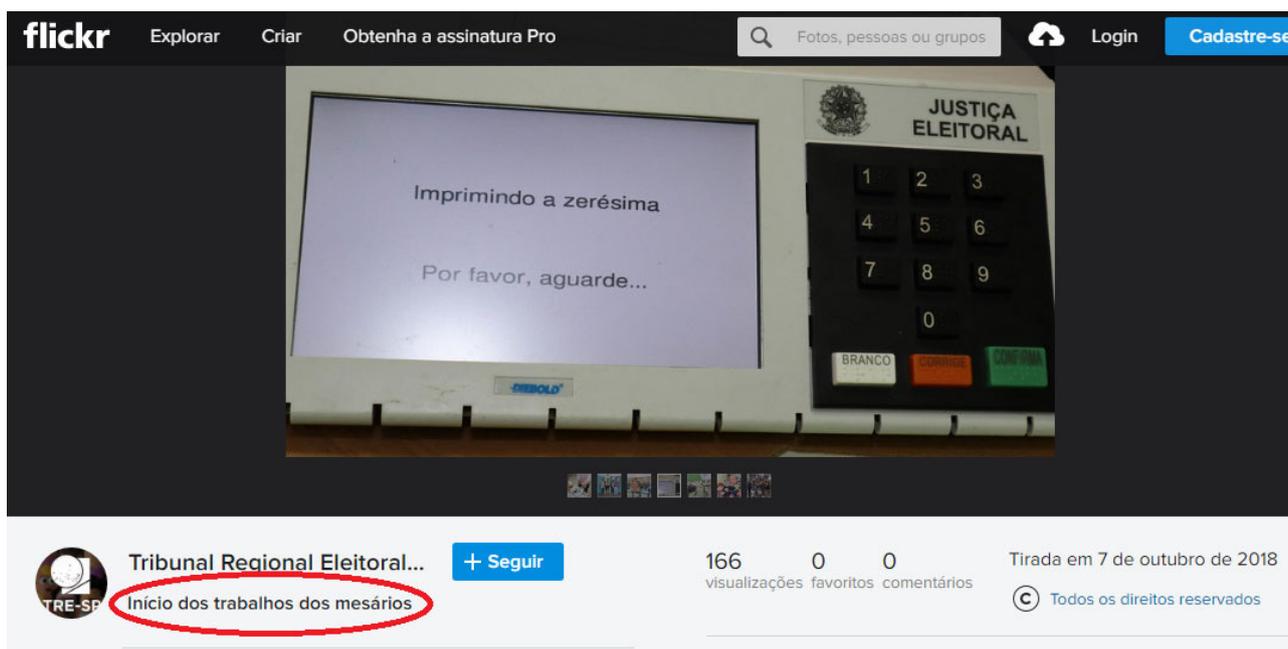


Figura 3. TRE-SP – Início dos trabalhos dos mesários. Fonte: Flickr TRE-SP, 2020.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/tre-sp/albums/72157696314281420/with/45161868001/>

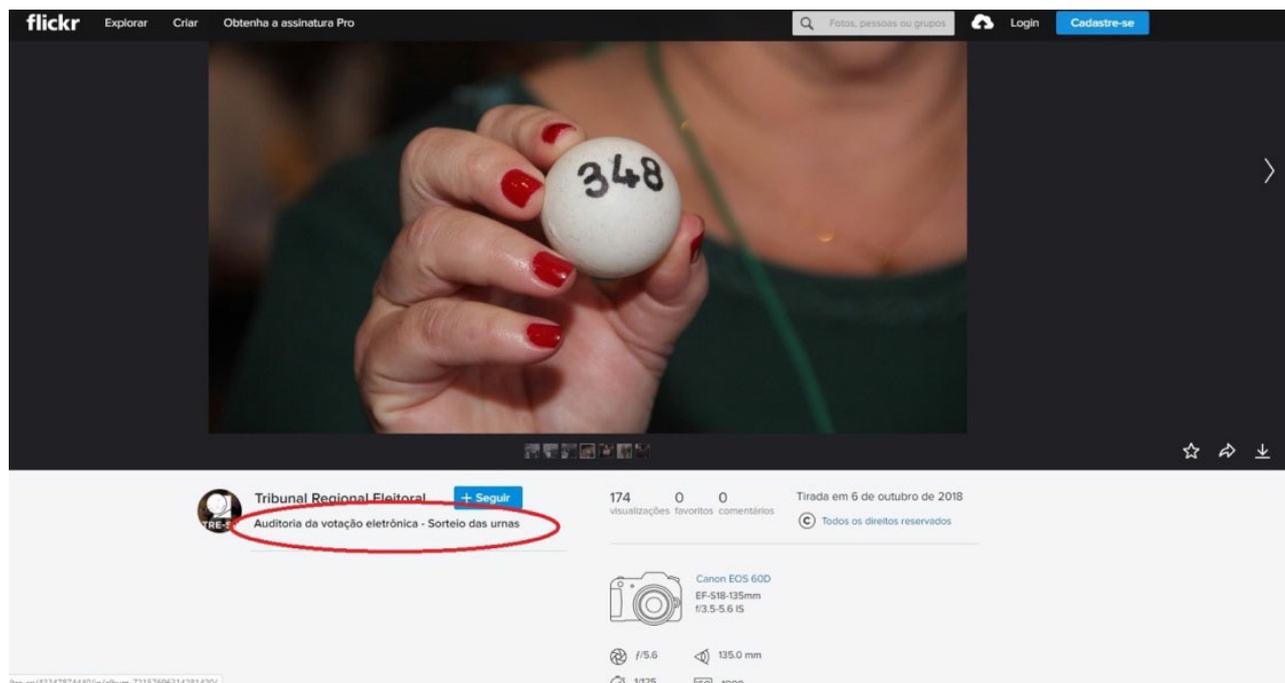


Figura 4. Auditoria da votação eletrônica - sorteio das urnas. Fonte: Flickr TRE-SP, 2020. fonte: Flickr TRE-SP, 2020. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/tre-sp/albums/72157696314281420/with/45161868001/>

3. Conclusão

Como descrever é enumerar detalhadamente as qualidades essenciais de algo, não podemos dizer que as fotos disponibilizadas no Flickr destes órgãos da Justiça eleitoral estão descritas, pois essas descrições, apesar de estarem focadas no conteúdo, não atingem o objetivo de proporcionar o acesso às informações contextuais de produção por meio da representação detalhada de suas estruturas, vinculações, funções e atividades (SARAIVA, 2013). Ou seja, em nenhum dos casos analisados, temos as respostas para as perguntas: como as imagens foram geradas? por quem? para quem? por quê? Em relação aos documentos fotográficos é necessário compreender que apesar de termos os metadados técnicos da câmera de produção da imagem, e algumas informações gerais de conteúdo das imagens, esses elementos não são suficientes para nos dar o contexto de produção.

A forma e o método de descrever o documento fotográfico vai influenciar também no uso que este terá, pois além de compreendermos a necessidade informacional dos usuários do Flickr também é necessário disponibilizar informações de qualidade, pois,

los documentos imagéticos de archivos suelen producir la organización individualizada de unidades documentales o, en la mejor de las hipótesis, la formación de colecciones disociadas de su organismo productor, reduciendo de este modo las posibilidades de una comprensión global de su significado. (Lopez, 2011, p. 4) .

Para identificar com clareza essas informações, é necessário definir não só as ações que resultaram na fotografia, como também o ambiente no qual ela se situa, a pauta utilizada pelo fotógrafo, as pessoas envolvidas, os lugares e as datas que implicaram nos feitos. Pois, o conjunto desses fatores trarão a qualidade informacional e esses associados aos metadados técnicos, atualmente disponibilizados no Flickr, e poderão permitir a sistematização da análise desse patrimônio fotográfico eleitoral na busca e recuperação da informação.

Os casos analisados apresentam os mesmos problemas no uso de aplicativos on-line de gerenciamento de arquivos fotográficos, isto é, não disponibilizam ao usuário os metadados da contextualização da fotografia. E quando comparamos com as diretrizes propostas pela política de gestão documental da Justiça Eleitoral brasileira o que resulta é uma falha na qualidade das informações em relação aos metadados registrados de uma fotografia contida num álbum. O que possibilita afirmar que há um impacto negativo no direito de acesso à informação, às garantias individuais e, também no relacionamento dos cidadãos com o Estado.

Assim, as análises extraídas desses casos nos permitem concluir que a simples disponibilização das fotografias pode até atender ao usuário no momento da sua publicação, mas não consegue permanecer atendendo aos critérios de solicitação, de busca e pesquisa ao longo do tempo. Pois, sem dar a devida relevância ao contexto de produção, sem relacionar as fotografias aos fatos e acontecimentos, sem descrevê-las, o acervo e patrimônio fotográfico resulta em uma massa documental descontextualizada, fragmentada e desprovida do caráter probatório, tão importante para a delimitação dos documentos de arquivo.

4. Referencias bibliográficas

- Abreu, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/justica-eleitoral>. Acesso em 17 jun. 2020.
- Aquino, Maria Clara. A folksonomia como hipertexto potencializador de memória coletiva: um estudo dos links e das tags no de. licio. us e no Flickr Folksonomy as hipertext for potencializing collective memory: a study of links and tags in de. licio. us and Flickr. *Liinc em Revista*, v. 4, n. 2, 2008.
- Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Fotos do TSE estão disponíveis no Flickr. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Janeiro/fotos-do-tse-estao-disponiveis-no-flickr>> acesso em 17/06/2020.
- Camargo, A. M. A.; Belloto, H. L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo. 2012. 3ª ed.
- Faria, Wadson Silva. *A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das Resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação. 2006.
- Lopes, B. *O que é assessoria de imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- Lopez, A. *Contextualización archivística de documentos fotográficos*. Alexandria, Lima, vol. 05, p. 03-16, 2011.
- Pereira, Tânia Maria de Moura. *Análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo: estudo de caso da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília*. 2016.
- Saraiva, Natália de Lima. *Descrição arquivística e sistemas informatizados: princípios e normas*. 2013.